

## **JACY TABAJARA**

POVO:

**TABAJARA – PARAÍBA**

NASCIMENTO:

**1989**

FORMAÇÃO ESCOLAR:

**LICENCIATURA EM ANTROPOLOGIA  
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
PARAÍBA (UFPB)**

## **HISTÓRIA DE VIDA**

Antes de falar de mim e de minha etnia, preciso falar brevemente de minha avó, Maria Severo, mãe de meu pai, pois é, sem dúvida, por ela que eu sou Jacyara, jovem mulher indígena Tabajara da Paraíba. Ela nasceu no sítio dos Caboclos, na cidade do Conde, ficando órfã de mãe no parto, e já era órfã de pai. Foi criada pela sua avó materna, juntamente com os irmãos Tereza, Rita e Pedro. Permaneceram lá até o momento em que suas terras, conhecidas como “sítio dos órfãos”, foram esbulhadas. Com a morte de sua avó, após sucessivas violências sofridas na sua família por parte dos Lundgres, o rapto de sua irmã Tereza e o casamento de Rita, sua irmã mais velha, ela foi trazida por Rita e seu marido, João Rodrigues, para o município de João Pessoa.

Maria Severo teve 13 filhos e três casamentos, embora tenha criado as crianças sozinha. Viúva, com os 3 primeiros filhos, engravidou, em seu segundo relacionamento, de trigêmeos, um dos quais é meu pai, Paulo. Abandonada com as 6 crianças e depois que uma das trigêmeas faleceu, ela se casou com o terceiro esposo, tendo mais 7 filhos e, posteriormente, separou-se. Ela foi uma guerreira, um exemplo de mulher para mim; hoje poderia usar o termo “empoderada”, mas sei que na época não existia essa expressão.

Minha família é bem numerosa, e sempre tínhamos grandes encontros entre parentes. Esses encontros geralmente se davam nas casas dos mais velhos, minha avó Maria Severo e seus irmãos, Rita Severo e Pedro Severo. Desde sempre ouvi meus pais e tios-avôs compartilharem uma grande tristeza pelas tentativas frustradas de resgatar uma terra que era de seus pais, conquistada pela família há anos. Temiam pela violência que seus parentes sofreram. Na maioria das vezes, esses diálogos eram recheados de lembranças

de relações familiares com parentes que possivelmente já estariam mortos. De lugares, cantos, histórias e um sentimento de terem sido “tirados de seu lugar depois que sua avó foi pega a dente de cachorro na mata”. Confesso que ficava imaginando o que seria minha bisavó sendo pega a dente de cachorro, por muito tempo não a visualizava sendo caçada como uma presa fácil, e depois fui ouvindo esse termo de outras pessoas que passaram por experiências similares.

Eu fui uma dessas crianças criadas por avó. Na verdade, por avós, mas não morei na casa de Maria Severo, morei até os 17 anos, aproximadamente, com minha bisavó, avô e avó maternos; minhas avós paterna e materna eram grandes amigas e tinham um vínculo religioso muito forte. Minha avó Severo era uma mulher de grande espiritualidade e orações, muito respeitada e querida, conhecia muito sobre ervas e plantas que ajudavam a curar sua amiga, também chamada Maria, minha avó materna. Tenho dois filhos: Yuri e Yara.

Ao refletir sobre mim, confesso que tive muita dificuldade de me descrever, não é muito fácil a autoanálise e autocrítica, embora não seja essa a pretensão aqui. Particularmente, não pude deixar de fazer isso, daí a necessidade de expor um pouco das mulheres com quem convivi e as experiências que tive, pois sinto que a minha existência e luta por uma terra, por minha família e pelas mulheres estão baseadas na vida e nas ações dessa grande mulher, que é a matriarca da minha família.

Como dito antes, outros parentes também sofreram diversas violências, e assim como minha família havia procurado um meio, embora sem sucesso, de reclamar a legítima propriedade das terras esbulhadas, outros parentes também iniciaram essa árdua missão

em 2006. As lideranças, principalmente os mais velhos, e dentre esses, mulheres, as “Marias”, foram fundamentais neste processo de fortalecer a memória e transmitir os saberes e a história de nosso povo que não estava escrita nos livros. Essa busca os fez passar pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que diante das narrativas, logo viu que não poderia resolver, orientando-os a procurar a FUNAI, já que, caso a fala deles fosse verdade, se tratava de “Terras de índio”. Chegando à FUNAI, se depararam com a burocracia e as limitações da instituição, principalmente para os primeiros momentos de esclarecimento de situação fundiária e étnica. Foram logo orientados a procurar a universidade, pois se tratava de uma terra que havia pertencido ao povo Tabajara da Paraíba, que, porém, era considerado “extinto”, e que os livros de história diziam que este Povo, bem como sua existência, estavam condicionados ao passado.

Nessa oportunidade de procurar a universidade, foi feito contato com alguns professores, entre eles Estevão Palitot e Kelly Oliveira. Existia muita informação e documentos sobre os Tabajara da Paraíba que o Estevão Palitot, em suas pesquisas e trabalhos com os Potiguaras, conseguiu demarcar, onde a história dos livros terminava e nos condicionava à extinção. Era desse ponto em diante que começava a fala dos nossos mais velhos, a história de sucessivas perdas de terras, invasão, violências diversas e o silenciamento dos nossos parentes por parte da família Lundgres. Eles foram gradativamente temendo pelas próprias vidas ou indo para outra cidade, junto com os demais agricultores, lutando por um pedaço de chão para viver.

Desse momento em diante, a grande verdade veio à tona, principalmente para os mais jovens, e tudo se encaixou em nossas mentes.

Com auxílio da universidade, no ano seguinte houve um marco em nossas vidas, o momento dos parentes se reencontrarem. Minha avó Severo não conteve a emoção junto com o seu irmão e demais primos, todos idosos; muitos haviam se visto pela última vez na adolescência, em momentos bem difíceis, e acreditavam que alguns já tivessem morrido, como realmente aconteceu com outros. Aquele momento foi ímpar na vida de todos e principalmente para nós, ter a oportunidade de ver os nossos idosos cantarem, dançarem e se alegrarem, pintarem o rosto e se vestirem para dançar um Toré, ver como minha avó Maria Severo teve a oportunidade de reviver antes de falecer, e ouvir a fala dela para nós. Dali em diante, era o medo e o silêncio que estavam extintos, e nós iríamos recuperar o que era nosso por direito.

## **SER MULHER**

Ser indígena nordestina e mulher é realmente complexo, não vou dizer que é fácil, mas para mim é um grande privilégio. Não me foi dada a oportunidade de escolha para nascer, mas na vida eu escolhi abraçar a minha história e contribuir como possível enquanto mulher na luta do meu Povo, que se soma à luta de diversos povos nesse Brasil indígena. A garra como compromisso com a nossa causa é, para mim, uma herança de minha avó, pois foi o que ela fez até o último dia de sua vida. E a luta é justa e digna: tiraram de nós a nossa língua, afastaram nossos parentes, roubaram nossa mãe Terra, mas a nós foi dada a missão de fazer valer a luta de nossos antepassados para conquistar a nossa sesmaria, o nosso território tradicional.

A realidade e a situação do meu povo são similares a diversas comunidades, sobretudo no nordeste brasileiro: são séculos de co-

lonização e silenciamento, mas também de muita existência e resistência. Não perdemos nossa cultura, nem nossas tradições e muito menos somos menos índios. Hoje nós somos diferentes, sim, dos nossos antepassados, temos um modo de vida e subsistência diferente do que gostaríamos, mas pertencemos às mesmas terras que nossos avôs. Não temos nossa terra demarcada como muitos povos, mas estamos na luta como tantos outros. Hoje são 10 anos de luta. Temos livros publicados contando a nossa história, temos duas aldeias, uma na Barra de Gramame, a Aldeia Mãe, e outra na Mata de Chica, a Aldeia Vitória, resultado de uma retomada e conflitos com atuais empresas exploradoras dos recursos naturais de nosso território reivindicado. A história fala de cinco mil indígenas Tabajara, depois da extinção, e em 2009 estava registrada no relatório a média de 750 Tabajara. Hoje já somos, em média, uns mil Tabajara autodeclarados.

Tentando trazer o olhar feminino nas questões acadêmicas, sei que há interferências pelo fato de ser mulher, no entanto eu sempre tento refletir se minhas escolhas estão me fortalecendo enquanto mulher. Ser mulher hoje ainda é um desafio, temos muitas conquistas e muito ainda para alcançar na sociedade como um todo.

Particpei de pesquisas relacionadas às políticas ambientais desenvolvidas no estado da Paraíba, e outras relacionadas à questão indígena no Brasil. Atualmente, estou pesquisando sobre redes sociais virtuais indígenas, como os indígenas estão se utilizando dessas tecnologias para se articular politicamente e trocar informações entre outras sociabilidades. Almejo conseguir um projeto que possa trabalhar com as mulheres indígenas aqui na Paraíba, tanto empoderando quanto auxiliando as mulheres a obter sua própria renda, principalmente aquelas que não têm nenhum tipo de renda.

A vida é dinâmica e, nos últimos anos, por conta da minha trajetória de luta junto às mulheres e nossas demandas, tive a oportunidade de ser Coordenadora de Políticas públicas para as mulheres no município de Conde, a 4ª cidade com mais de 10 mil habitantes mais violenta para as mulheres no Brasil, segundo o Mapa da Violência. Ser gestora de políticas públicas de uma pauta tão estigmatizada e, sobretudo, em uma sociedade extremamente machista e violenta contra as mulheres foi uma árdua missão. Conseguimos desenvolver várias estratégias e implementar diversas políticas, como: rede de enfrentamento e atendimento às mulheres vítimas de violências, construção do conselho municipal de direitos das mulheres, e principalmente a inclusão das mulheres e nossas demandas nas diversas áreas do poder público. No entanto, temos ainda um longo e árduo caminho para efetivamente assegurarmos a dignidade e os direitos das mulheres em nosso município e país.

Destaco que, em nosso estado, conseguimos formar a Articulação das Mulheres Indígenas da Paraíba –(AMIPB), que sou também uma das idealizadoras junto às parentes Potiguaras. Temos desenvolvido muitas atividades para fortalecer nossa identidade e luta indígena e empoderar as guerreiras indígenas na Paraíba.

## **ESTUDOS**

Comecei a trabalhar fora de casa com 14 anos. Quando concluí o Ensino Médio, estava trabalhando e não tinha mais perspectiva de continuar os estudos, conciliando trabalho e escola. Veio então o contato com o pessoal da universidade e as conversas sobre antropólogos (cujos laudos eram necessários), e eu não fazia a menor ideia de quem seriam e o que faziam, a única coisa que sabia era que precisávamos de antropólogos. Pensei que poderia tentar

ser uma antropóloga, adquirir conhecimento para ajudar na luta. Era muita burocracia, entre várias dificuldades, mas depois que conheci alguns antropólogos e antropólogas, eu realmente senti uma empatia pela atividade que eles faziam. Daí eu resolvi fazer um cursinho para poder fazer o Enem, pois eu já tinha terminado o Ensino Médio há cerca de 4 anos. Saí do trabalho para poder estudar e fazer as provas, então passei e iniciei a graduação em Antropologia no final de 2011. Nesse meio tempo, trabalhei em hospital na parte administrativa, fiz um curso técnico de vigilância em saúde que me despertou para outras linhas de estudo e tive a oportunidade de trabalhar como mediadora em um museu, após participar de um projeto de exposição indígena. Antes de conhecer a antropologia, eu queria muitas coisas que não foram possíveis, mas hoje, já formada, posso dizer que estou fazendo o que quero.

## **O POVO TABAJARA**

Meu povo por muitos anos foi considerado extinto em nosso estado. Os livros e a história da Paraíba contavam que na atualidade só havia indígenas no litoral Norte do Estado, enquanto no litoral Sul, onde sempre estivemos, fomos, na realidade, silenciados. Nossos parentes, os que conseguiram ficar em sua terra, devido aos processos de violência sofridos, passaram a se identificar apenas como caboclos, agricultores, da roça ou mesmo assentados da reforma agrária em suas próprias terras. Podemos dizer que desde então seguimos no fortalecimento de nossa identidade e narrando a continuação da história que não estava nos livros.

Os Tabajara estão nos registros da história como um povo de grandes guerreiros. Nosso Vulto, o Cacique Piragibe, recebe várias homenagens em nomes de ruas, escolas, praças, bustos erguidos pela

capital da Paraíba que ajudamos a conquistar e construir, essa que é a terceira cidade mais antiga do país e que foi capitania Real. Porém, na atualidade, enfrentamos os desafios de todos os povos indígenas desse país, que é lutar não apenas pela sua terra, mas também pela afirmação de sua existência e etnicidade. Sempre falamos em alto som, com um grito de guerra, que o POVO TABAJARA ESTÁ VIVO! “Arrancaram nossas folhas, quebraram nossos galhos, cortaram nossos troncos, mas não arrancaram nossas raízes”. Lutando contra a conveniência do Estado em negar a nossa existência, foi remando contra a maré que em 2009 conseguimos o GT (grupo de trabalho) de identificação étnica, e em 2015 o GT de delimitação para demarcação de nosso território tradicional, que atualmente está em andamento, mas comprometido pela atual conjuntura política nacional.

Atualmente meu pai, Cacique Paulo Tabajara, e nossa família, está liderando a construção da terceira aldeia Tabajara no Litoral Sul da Paraíba, a Aldeia Nova Conquista na Taquara. Estamos em um processo de “autodemarcação”, ocupando nosso território tradicional em uma luta contra os inimigos da causa indígena, sobretudo contra a monocultura do bambu e a depredação de nosso meio ambiente. Estamos vivendo o reinício de nossa história, após nossa família iniciar essa busca por nossa verdade e direitos. Hoje muitos outros se juntaram ao nosso grito de que o povo Tabajara está vivo! Temos aproximadamente cem famílias, autodeclaradas indígenas Tabajara, mergulhando em sua ancestralidade e na construção de nossa comunidade. Logo as demandas por reconhecimento dos órgãos competentes e acesso aos Direitos Constitucionais de saúde e educação diferenciados têm sido intensificado porque temos nossos direitos negligenciados e violados diariamente.

## ***POLÍTICA INDIGENISTA E MOVIMENTO INDÍGENA***

Ter uma política específica para tratar das questões indígenas é sem dúvida um grande avanço, no entanto devemos romper com a grande barreira “política” que condiciona os direitos ao papel; é necessário que a política seja implementada, que saia do papel e alcance as mais diversas comunidades espalhadas pelo Brasil, atendendo a suas especificidades.

É verdade que por muito tempo a FUNAI foi alvo de críticas, e ainda é passível de duras críticas, sim, mas no atual momento, perder a FUNAI seria um retrocesso muito grande. Acredito que temos que ampliar o diálogo com esse órgão, talvez ensinar seus servidores a trabalhar com os indígenas, a ouvir mais os indígenas, bem como atuar no fortalecimento e na eficiência de suas ações. A FUNAI recebe críticas tanto de quem é contrário aos direitos indígenas quanto dos próprios indígenas, mas ela tem que atuar em prol dos indígenas, e quem assumir a presidência dessa fundação é que vai assumir ou não a responsabilidade do diálogo e as ações de implementação da política indigenista. Esse é um dilema antigo da FUNAI que contribuiu para sua fragilização. A visão paternalista e tutelar que muitos atribuem à FUNAI favorece a reprodução dos estigmas sobre os indígenas. Não somos mais tutelados, os indígenas são cidadãos e aptos a responderem por seus atos. No entanto, devem ser julgados pelos seus atos segundo os seus específicos usos e costumes, cultura e tradição. Um novo estatuto do índio deve, antes de tudo, assegurar a dignidade humana e o direito a sua diversidade e especificidade onde ela estiver, sem condicionar o índio a nenhum tipo de estereótipo e generalização, assegurando o livre exercício de sua cidadania.

Os direitos dos Povos Indígenas foram conquistados com muita luta por vários índios e indigenistas que dedicaram suas vidas a essa luta, ao direito ao território, à saúde e educação diferenciadas; está tudo escrito. Temos respaldo teórico e jurídico para reivindicar e exigir que sejamos atendidos. Mas a verdade é que, se foi uma missão árdua assegurar esses direitos constitucionalmente e também os acordos internacionais (Convenção 169 da OIT), no dia a dia do Brasil os absurdos acontecem, e se torna cada vez mais difícil assegurar esses direitos. Diariamente, nossos deputados e senadores trabalham não em defesa dos direitos constitucionais, mas em busca de meios que impeçam a nós, indígenas, de acessar os nossos direitos. A negação dos direitos dos Povos originários no Brasil é revoltante, de tanta injustiça e impunidade.

Os movimentos e organizações indígenas são um meio que nós, indígenas, utilizamos para unificar as lutas individuais e assim fortalecer uns aos outros.. Foi por meio das lideranças indígenas organizadas e unificadas que os direitos foram alcançados, e será pela união dos indígenas, observados em vários tipos de organizações, que acredito que possamos lutar. Agora, em defesa do que já conquistamos, cuidando para não perder o que custou vidas de luta e dedicação, os movimentos e organizações indígenas são os instrumentos que temos para lutar contra nossos inimigos, que em sua maioria estão no serviço e no poder público.

As principais questões, a meu ver, ainda são conquistar a autonomia, o poder e a participação. Autonomia no sentido da mulher indígena agir e expressar o que quer e pensa, bem como fazer o que sentir vontade, ter poder de decisão, participar das decisões importantes para o povo como um todo e que também lhe dizem respeito. Em minha opinião, isso é um trinômio inseparável. Na maioria das vezes, temos um ou outro; geralmente nos é dada a

participação e não o poder de decidir juntamente e/ou mesmo de pensar igual e/ou diferente e nos expressarmos. Isso teria que alcançar todas aquelas que têm o desejo de ser autônomas, ter poder e participar em todas as áreas, não apenas na política e na militância, mas em sua vida como um todo.

A questão de ser indígena enfrenta ainda muitos estereótipos, e algumas pessoas ainda condicionam o indígena ao modo de vida que os colonizadores encontraram entre os nativos há mais de 500 anos. Para muitos é difícil imaginar um indígena como médico, professor ou mesmo militar. Entre tudo o que podemos ser, nós somos cidadãos, com direitos e deveres. A questão mais complexa ainda é lidar com a diversidade e com os direitos diferenciados; o Estado brasileiro possui uma dívida histórica com os povos indígenas, e o mínimo que pode fazer é assegurar o exercício da cidadania para todos aqueles que queiram exercê-lo.

Acredito que o Conselho Indigenista seria um equipamento muito importante para os indígenas. Carecemos de um conselho consultivo, deliberativo e operante de fato, que realmente consiga fazer a mediação do diálogo e a consulta aos povos indígenas nas políticas e ações governamentais ou não, mas que afetam os indígenas. Contudo, o que vemos é um conselho recém-conquistado, em meio à conjuntura política de um governo claramente inimigo dos indígenas. É necessária muita sabedoria e estratégia para se formar um Conselho de fato democrático e representativo contra todo o retrocesso que assombra os direitos indígenas.

## **PATRIMÔNIOS**

Os povos indígenas desde sempre foram objetos de pesquisa em diversas áreas, e as relações entre os pesquisadores e os povos são

variadas, dependendo do que o pesquisador vai fazer com o resultado. Se a pesquisa vai beneficiar o povo de alguma forma, se o pesquisador vai compartilhar o resultado com a comunidade pesquisada, se ele respeitou os indígenas durante e após a pesquisa. A meu ver, a atuação de pesquisadores atualmente é bem complexa, vários povos já foram pesquisados e não viram o resultado dessas atividades, que só beneficiaram o pesquisador, que desaparecia após a pesquisa.

Outra questão complicada é a atuação de empresas entre povos indígenas. A empresa pode ser financiadora de algum projeto, incentivar ações sem o objetivo de explorar e lucrar em cima dos indígenas, mas existem vários casos de atuação de empresas entre os indígenas que apenas exploram a comunidade.

Nós fazemos artesanatos, confeccionamos colares, brincos, pulseiras, cocar. Acredito que a diversidade cultural do Brasil é seu maior patrimônio e precisa ser preservada; nesse sentido me incluo nessa diversidade e acredito que nosso modo de vida, nossa cultura, nossas tradições devem ser mantidas e preservadas como patrimônio imaterial.

Não me vejo no campo do Museu, não como algo do passado, arado no tempo. Me veria nessa área na perspectiva educativa, de mostrar a diversidade e a dinâmica das culturas, como nós utilizávamos determinadas ferramentas para atender a necessidades específicas; e como as necessidades foram mudando, nossas ferramentas também se adaptaram às mudanças.

Para o meu povo, a produção cultural como um todo significa uma afirmação de identidade, de existência, é uma forma de expressão sem utilizar palavras. Sem dúvida, produzir cultura para nós é uma forma de manter viva nossa memória. Em toda a sociedade

há uma herança imaterial indígena, seja uma expressão, uma comida ou mesmo um modo indígena de fazer algo, que a sociedade se apropriou e não reconhece. Por outro lado, temos nossos solos sagrados, nossas ferramentas, nossos saberes, patrimônios nossos que queremos preservar. Também queremos que todas as sociedades respeitem o que nos pertence. A mulher, sem dúvida, é uma fonte de conhecimento de diversas questões, tanto materiais quanto imateriais.